

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2024
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2024

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2024, PROCESSO 00112-00000172/2025-18; ESPÉCIE: Prestação de Contas do Exercício de 2024; EMPRESA: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Apresentação: O Relatório da Administração é um dos principais instrumentos de transparência e prestação de contas da NOVACAP aos acionistas e partes relacionadas. Nele são apresentadas informações relevantes do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, em especial aquelas direcionadas ao desempenho ambiental, social e econômico da Companhia, bem como sua estrutura de controle, gestão de riscos, políticas e práticas de governança. O relatório, alinhado aos requisitos de transparência expressos na Lei Federal nº 13.303/2016 devidamente regulamentada pelo Decreto Distrital nº 37.967/2017, reporta a avaliação do exercício, por meio de indicadores objetivos, tomando por base o desempenho obtido no ano anterior, além da comparação com os cenários previstos no Plano de Negócios 2022-2026 da NOVACAP. Esta publicação visa prover cumprimento às disposições legais, conforme regido pela Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16. Atende ainda o Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 015/87, sendo acompanhado das Demonstrações Financeiras de 2024, analisadas por auditoria independente. Possui como principal objetivo aprimorar o processo de transparência e a integração com os diversos atores externos, além de seus colaboradores internos. A íntegra do Relatório da Administração está disponível no site da NOVACAP, podendo ser acessadas através do link: <https://www.novacap.df.gov.br/relatorios-anuais-de-atividades/>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
ATIVO	NE	31.12.2024	31.12.2023
		1.971.674.703,21	1.214.314.042,91
ATIVO CIRCULANTE		1.114.704.359,53	449.965.359,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3	424.495.711,40	22.626.656,77
Bancos Conta Movimento – Demais Contas	3.1	421.505.371,52	22.524.191,37
Recursos Vinculados	3.2	2.989.865,65	101.991,17
Aplicações Financeiras – Depósitos e Cauções		474,23	474,23
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	600.827.944,27	296.014.115,37
CRÉDITOS DE TRANSF A RECEBER – CONSOLIDAÇÃO	4.1	600.827.944,27	296.014.115,37
Recursos a Receber – Subvenções – Intra OFSS	4.1.1	534.352.209,18	266.372.883,67
Recursos a Receber – Restos a Pagar Processados	4.1.2	66.475.735,09	29.641.231,70
Recursos a Receber – Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL – CONSOLIDAÇÃO	5	1.288.088,94	965.421,23
13º Salário – Adiantamento		0,00	0,00
Férias – Adiantamento	5.1	1.288.088,94	965.421,23
Viagens – Adiantamento		0,00	0,00
Suprimentos de Fundos		0,00	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR – CONSOLIDAÇÃO		799.347,61	856.698,26
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR – INTER OFSS UNIÃO		0,00	17.940,28
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	6	318.040,65	317.523,67
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7	59.751.684,32	0,00
Depósitos Judiciais Efetuados		13.840.745,84	0,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial		45.910.938,48	0,00
OUTROS CRÉD A REC E VAL A CURTO PRAZO – CONSOLIDADO	7.1	26.304.385,23	128.514.350,60
Créditos a Receber – Infrações Legais e Contratuais		478.469,45	478.469,45
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		367.118,24	978.547,30
Créditos a Receber Decorrentes de Pagto de Despesas de Terceiros		327.923,86	318.012,09
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor e Ex-servidor		148.933,10	128.089,63
Juros sobre Capital Propostos a Receber		0,00	11.703,61
Valores a Compensar – Administração Indireta		9.473.519,80	0,00
Desembolsos Pendentes de Execução Orçamentária		15.508.420,78	126.599.528,52
OUTROS CRÉD A REC E VAL A CURTO PRAZO – INTRA OFSS		0,00	78.023,25
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		0,00	78.023,25
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8	(561.946,26)	(561.946,26)
ESTOQUES	9	1.481.103,37	1.136.576,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10	856.970.343,68	764.348.683,55
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.1	200.739.432,93	113.763.497,46
Recursos a Receber Subvenções INTRA OFSS	10.1.1	200.739.432,93	113.763.497,46
INVESTIMENTOS	10.2	16.666.458,73	15.147.417,24
Participações Permanentes – Consolidação	10.2.1	15.357.816,57	13.838.775,08
Participações Permanentes – INTRA OFSS	10.2.2	1.308.642,16	1.308.642,16
IMOBILIZADO	10.3	636.840.548,56	633.033.927,53
Bens Móveis		60.907.724,96	56.630.032,36
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		(33.951.046,71)	(31.007.125,91)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis		(643.142,20)	(643.142,20)
Bens Imóveis		617.874.424,46	614.602.481,17
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		(7.347.411,95)	(6.548.317,89)
INTANGÍVEL	10.4	2.723.903,46	2.403.841,32
Softwares		6.283.486,11	5.111.786,49
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(3.559.582,65)	(2.707.945,17)

BALANÇO PATRIMONIAL			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
PASSIVO	NE	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO	11	1.971.674.703,21	1.214.314.042,91
PASSIVO CIRCULANTE	11.1	948.890.796,00	463.264.808,04
OBRIG TRAB PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	11.1.1	39.942.608,73	25.317.022,33
Pessoal a Pagar		17.651.582,74	15.275.078,79
Encargos Sociais a Pagar		22.291.025,99	10.041.943,54
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.1.2	453.706.977,16	169.032.081,77
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo		453.706.977,16	169.032.081,77
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		447.535,49	57.227,62
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		447.535,49	57.227,62
PROVISÕES A CURTO PRAZO	11.1.3	59.521.165,89	87.948.448,42
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	11.1.3.1	32.795.752,21	13.397.469,21
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	11.1.3.2	0,00	45.605.012,40
PDV – Plano de Benefício Definido	11.3.3.3	26.723.413,68	28.936.170,00
Outras Provisões a Curto Prazo	11.1.3.4	2.000,00	9.796,81
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.1.4	395.272.508,73	180.910.027,90
Valores Restituíveis – Consolidação	11.1.4.1	9.090.430,12	9.700.779,24
Valores Restituíveis – INTRA OFSS	11.1.4.2	394.046,58	139.339,01
Valores Restituíveis – INTER OFSS União	11.1.4.3	5.146.678,55	3.658.490,79
Recursos Especiais a Liberar	11.1.4.4	376.306.735,42	166.729.434,16
Depósitos Judiciais de Exercício Anterior		0,00	0,00
Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	11.1.4.5	406.689,00	413.581,15
Valores a Devolver ao GDF	11.1.4.6	268.403,55	268.403,55
Saldo de Convênio Não Utilizado (P – Contas a Pagar)	11.1.4.7	3.659.525,51	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.2	200.739.432,93	113.763.497,46
PESSOAL A PAGAR		23.155.601,61	10.849.611,90
Licença Prêmio	11.2.1	23.155.601,61	10.849.611,90
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	31.024,40
Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo		0,00	31.024,40
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		329.347,46	1.173.744,98
REFIS	11.2.2	329.347,46	1.173.744,98
PROVISÕES A LONGO PRAZO	11.1.3	177.254.483,86	101.709.116,18
Provisão para Pagamento de Autos de Infração Recorridos		32.845.507,72	0,00
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		144.408.976,14	77.397.050,00
Outras Provisões a Longo Prazo		0,00	24.312.066,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.3	822.044.474,28	637.285.737,41
Capital Social Realizado	11.3.1	26.713.076,28	26.713.076,28
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.3.2	7.272.937,00	7.272.937,00
Reservas de Capital		11.961.936,70	11.961.936,70
Ajustes Avaliação Patrimonial		580.163.138,19	580.824.775,60
Reservas de Lucros		18.462.664,93	18.462.664,93
RESULTADO ACUMULADO		177.470.721,18	(7.949.653,10)
Resultado do Exercício		(35.717.755,62)	14.201.543,51
Superávits ou Déficits Acumulados	11.3.3	162.313.368,51	16.918.310,77
Lucros e Prejuízos Acumulados		50.875.108,29	(39.069.507,38)

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte
CPF 704.***.***.***

Geraldo Alves Campolina
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 07914/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31.12.2024 E 31.12.2023 COM REAPRESENTAÇÃO DESTE NOS TERMOS DA NBC TG 26 (R4)			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS DE SERVIÇOS		0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		0,00	0,00
DEDUÇÕES		0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		0,00	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS OPERACIONAIS		(1.557.719.732,90)	(1.074.050.753,04)
Remuneração a Pessoal	12.1	(220.147.435,80)	(197.641.200,59)
Encargos Patronais	12.2	(108.072.369,12)	(71.389.649,55)
Benefícios a Pessoal		(33.431.398,03)	(32.066.379,18)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal		(15.022.937,37)	(9.002.699,69)
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		(41.877,46)	(16.400,00)

Uso de Material de Consumo	12.3	(56.532.333,69)	(49.895.258,24)
VPD – Obras e Instalações Não Incorporáveis	12.4	(121.002,25)	0,00
Jetons e Gratificações a Conselheiros	12.5	(748.276,78)	(780.814,39)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	12.6	(611.837.976,09)	(451.316.989,19)
Outros Serviços – PJ		(46.665.041,59)	(27.008.353,54)
Outras Despesas Operacionais		(374.530.313,36)	(216.106.746,12)
Despesas de Provisões	12.7	(87.881.784,55)	(14.314.122,57)
Despesas Tributárias		(25.550,39)	(121.768,26)
Despesas com Depreciações e Amortizações		(4.598.998,46)	(4.449.814,71)
Outras Receitas Operacionais		1.937.562,04	59.442,99
RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	12.8	(544.926.912,17)	(316.422.948,89)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(2.102.646.645,07)	(1.390.473.701,93)
RECEITAS FINANCEIRAS	12.9	1.564.207,68	86.148,33
DESPESAS FINANCEIRAS		(39.077,69)	(22.300,23)
RESULTADO ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS		(2.101.121.515,08)	(1.390.409.853,83)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.10	2.057.436.824,46	1.394.076.156,54
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária – INTRA	12.10.1	85.465.893,05	104.892.827,93
Repasse Recebido	12.10.2	1.607.653.257,68	1.119.228.830,33
Valores Diferidos – Baixa	12.10.3	(29.238.283,84)	(29.279.746,10)
Valores Diferidos – Inscrição	12.10.4	393.555.957,57	199.234.244,38
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	12.11	7.966.935,00	10.535.240,80
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.12	(35.717.755,62)	14.201.543,51

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte
CPF 704.***.***.***

Geraldo Alves Capolina
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 07914/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL							
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS							
ESPECIFICAÇÃO	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos em 31.12.2023	26.713.076,28	7.272.937,00	11.961.936,70	580.824.775,60	18.462.664,93	(7.949.653,10)	637.285.737,41
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.138.129,90	221.138.129,90
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízo do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização Financeira do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(35.717.755,62)	(35.717.755,62)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	(661.637,41)	0,00	0,00	(661.637,41)
Saldos 31.12.2024	26.713.076,28	7.272.937,00	11.961.936,70	580.163.138,19	18.462.664,93	177.470.721,18	822.044.474,28

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte
CPF 704.***.***.***

Geraldo Alves Campolina
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 07914/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
COMPOSIÇÃO	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
I - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	410.594.736,26	18.192.419,72
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(35.717.755,62)	14.201.543,51
Depreciação		3.747.360,98	3.552.725,99
Amortização		851.637,48	897.088,72
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos		(661.637,41)	0,00
Superávit ou Déficit do Exercício – Consolidação		308.636,64	(19.034.484,17)
Ajustes Financeiros		0,00	1.179.987,00
Ajustes Ativo Não Financeiro – Bens Móveis		0,00	(222.874,94)
Ajustes Ativo Não Financeiro – Outros Créditos		7.529,66	0,00
Ajustes Ativo Não Financeiro – Bens Móveis		1.476.259,70	9.367.206,95
Ajustes Passivo Não Financeiro		800,00	0,00
Ajuste Passivo Não Financeiro – Demais Obrigações		0,00	11.881,75
Ajustes do Ativo (Direitos Não Financeiros)		(78.023,25)	(50.865,66)
Lucros e Prejuízos do Exercício		75.674.085,16	11.301.758,27
Lucros e Prejuízos do Exercício de Exercícios Anteriores		643.697,13	0,00
Ajustes Ativo Não Financeiro – Diversos		59.751.684,32	0,00

Ajustes Ativo Não Financeiro – Outros Créditos		(353.452,23)	(49.228,22)
Ajustes Passivo Não Financeiro – Fornecedores		31.024,40	0,00
Lucros e Prejuízos do Exercício		78.444.715,10	(52.072.976,78)
Ajustes do Ativo – Direitos Não Financeiros		(96.338.348,22)	(374.403,19)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores		(59.028.644,27)	0,00
Superávit ou Déficit do Exercício		160.598.165,76	25.667.459,84
Participação Societárias Pelo Método de Custo		(1.519.041,49)	0,00
LUCRO/PREJ OPERAC ANTES VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		187.838.693,84	(5.625.180,93)
VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE		(262.869.945,54)	(311.617.034,84)
Faturas e Duplicatas Faturadas a Receber		0,00	346.073,00
Recursos a Receber – Restos a Pagar Processado		(36.834.503,39)	(25.667.459,84)
Recursos a Receber – Subvenções – INTRA OFSS		(267.979.325,51)	(169.892.074,68)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		(322.667,71)	1.410.851,07
Tributos a Recuperar / Compensar – Consolidação		75.290,93	(24.301,48)
Créditos por Danos ao Patrimônio		(516,98)	34.198,48
Depósitos Judiciais Efetuados		(13.840.745,84)	0,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial		(45.910.938,48)	0,00
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		611.429,06	349.957,17
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos de Despesas de Terceiros		(9.911,77)	1.157,27
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor e Ex-Servidor		(20.843,47)	(11.842,41)
Dividendos / Juros Sobre Capital Próprio Propostos a Receber		11.703,61	0,00
Valores a Compensar – Administração Indireta		(9.473.519,80)	0,00
Desembolsos Pendentes de Execução Orçamentária		111.091.107,74	(118.799.597,53)
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Intra OFSS		78.023,25	50.865,66
Estoques		(344.527,18)	585.138,45
VARIAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE		485.625.987,96	335.434.635,49
Pessoal a pagar – Consolidação		2.376.503,95	1.222.139,80
Encargos Sociais a Pagar – Consolidação		2.247.002,76	642.141,79
Encargos Sociais a Pagar – Inter OFSS – União		10.002.079,69	(5.144.490,96)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo		284.674.895,39	158.353.845,23
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		390.307,87	(374.403,19)
Provisão para Indenizações Trabalhistas		19.398.283,00	6.854.892,39
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo		(45.605.012,40)	10.630.407,35
Outras Provisões a Curto Prazo		(2.220.553,13)	(135.806,28)
Valores Restituíveis – Consolidação		(610.349,12)	4.941.207,84
Valores Restituíveis – Intra OFSS		254.707,57	(235.063,58)
Valores Restituíveis – Inter OFSS União		1.488.187,76	3.447.720,88
Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais		0,00	(13.821,07)
Recursos Especiais a Liberar		209.577.301,26	155.247.349,42
Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais		(6.892,15)	0,00
Saldo de Convênio Não Utilizado		3.659.525,51	0,00
Outras Obrigações a Curto Prazo – Exerc. Anterior		0,00	(1.484,13)
II – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	13.2	0,00	15.106.811,06
Ingressos /Desembolsos		(86.975.935,47)	46.452.029,31
Recursos a Receber – Subvenções (Intra OFSS)		(86.975.935,47)	46.452.029,31
Ingressos /Desembolsos		86.975.935,47	(31.345.218,25)
Licença Prêmio LAR – Contas a pagar		12.305.989,71	1.706.726,71
Fornecedores Não Parcelados a Pagar		(31.024,40)	0,00
Parcelamento de REFIS		(844.397,52)	0,00
Provisão para Pagamento de Autos de Infração Recorridos		32.845.507,72	0,00
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo – Consolidação		67.011.926,14	(4.219.985,00)
PDV – Plano de Benefício Definido		(24.312.066,18)	0,00
Outras Provisões a Longo Prazo – Consolidação		0,00	(28.831.959,96)
III – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	13.3	(8.725.681,63)	(14.489.147,28)
Desembolsos		(8.725.681,63)	(14.489.147,28)
Imobilizado – Aquisições		(6.633.683,29)	(7.261.918,32)
Obras em Andamento de Bens de Uso Comum do Povo a Classificar		(920.298,72)	(6.869.536,97)
Intangíveis – Aquisições		(1.171.699,62)	(357.691,99)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	13.4	401.869.054,63	18.810.083,50
Caixa e Equivalentes de Caixa – Final		424.495.711,40	22.626.656,77
Caixa e Equivalentes de Caixa – Inicial		22.626.656,77	3.816.573,27
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		401.869.054,63	18.810.083,50

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte
CPF 704.***.***.***

Geraldo Alves Campolina
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 07914/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPOEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.12	(35.717.755,62)	14.201.543,51
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.1	221.138.129,90	(23.687.765,69)
REALIZAÇÃO DO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	14.2	(661.637,41)	(675.183,88)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		184.758.736,87	(10.161.406,06)

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***-**

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte
CPF 704.***.***-**

Geraldo Alves Campolina
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 07914/DF-O

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL DA NOVACAP

Empresa Pública do ramo da construção civil, criada em 1956, de capital fechado dividido em ações pertencentes ao DISTRITO FEDERAL e a UNIÃO, com participações societárias de 56,12% e 43,88%, respectivamente. É obrigada ao cumprimento da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e, desde 1º de julho de 2018, à Lei nº 13.303, de 2016, quanto ao cumprimento das normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, e à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

A NOVACAP é Empresa Estatal Dependente do Governo do Distrito Federal, nos termos do art. 2º, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A quase totalidade da execução orçamentária da NOVACAP provém de recursos do Tesouro do Distrito Federal para o custeio geral, de despesas com pessoal, e aquisição de bens para uso na prestação de serviços vinculados à sua atividade principal. Depende do recebimento de TRANSFERÊNCIAS CORRENTES destinadas ao custeio; e TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - para investimentos de finalidade pública específica.

Obriga-se ao uso do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil (SIAC) do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), na modalidade total.

Cumpre-lhe, suplementarmente, apresentar Demonstrações Contábeis segundo os registros contábeis determinados para os fatos regidos pela Lei nº 4.320, de 17/03/1964, além daqueles ligados aos aspectos societários regidos pela Lei nº 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade Pública no Brasil, em termos orçamentários, prevalecem às determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Estatutariamente, a NOVACAP tem por objeto:

- I – a execução, diretamente ou por meio de contratos com entidades públicas ou privadas, dos projetos de construção civil e de urbanização de interesse do Distrito Federal;
- II – o desenvolvimento de trabalhos de conservação e reparos de edifícios próprios do Governo do Distrito Federal e de outras obras públicas, que mediante contratos ou convênios, lhe forem atribuídas;
- III – a realização de atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, bem como as relativas à execução, fiscalização e gerenciamento, direto ou indireto, de obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes e paisagismo no Distrito Federal.
- V – a execução de outras obras de infraestrutura urbana que lhe forem confiadas mediante contratos ou convênios;
- VI – o desenvolvimento de estudos e projetos vinculados aos seus objetivos sociais.

2 – BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base NBC TG Estrutura Conceitual - Resolução nº. 1.121/08, utilizando-se de bases confiáveis para a mensuração, em particular as relativas à depreciação, amortização, provisões, contingências e tributos, conforme o regime de competência. O objetivo é assegurar a qualidade da informação, evidenciando a situação financeira, patrimonial, econômica e orçamentária da Companhia.

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis presentes são apresentadas em Reais. Não houve movimentação em moedas estrangeiras no período a que se referem às demonstrações contábeis presentes demonstrações contábeis são apresentadas em Reais. Não houve movimentação em moedas estrangeiras no período a que se referem às demonstrações contábeis.

2.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo tais estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação, quando os ajustes contábeis correspondentes são realizados. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, por eventual inexistência nas previsões dos valores de execução das ações judiciais nas quais a Companhia figura como polo passivo. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota 11.1.3 Provisões.

2.3 Bases Gerais de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis evidenciadas correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL

As disponibilidades necessárias à manutenção e giro das operações da Companhia aos depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo é apresentado líquido de valores apreendidos por decisões judiciais, na demonstração dos fluxos de caixa.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL (EM R\$)	31.12.2024	31.12.2023
BANCOS CONTA MOVIMENTO – DEMAIS CONTAS	421.505.371,52	22.524.191,37
RECURSOS VINCULADOS	2.989.865,65	101.991,17
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	474,23	474,23
TOTAL	424.495.711,40	22.626.656,77

3.1 Bancos Conta Movimento

Na condição de Estatal Dependente, a NOVACAP recebe repasses de recursos governamentais, na conta do Banco de Brasília, para a quitação de passivos decorrentes das ações praticadas, regularmente, para o funcionamento da Companhia.

BANCOS CONTA MOVIMENTO (EM R\$)	31.12.2024	31.12.2023
BANCO DE BRASÍLIA S/A	421.384.775,25	22.403.595,10
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	120.596,27	120.596,27
TOTAL	421.505.371,52	22.524.191,37

3.2 Recursos Vinculados

Contas bancárias que controlam as descentralizações de recursos das unidades orçamentárias descentralizadoras de créditos à NOVACAP, por meio de convênios ou instrumentos similares.

RECURSOS VINCULADOS (EM R\$)	31.12.2024	31.12.2023
BANCO DE BRASÍLIA	2.954.411,90	637,01
BANCO DO BRASIL	35.453,75	101.354,16
TOTAL	2.989.865,65	101.991,17

O saldo do Banco de Brasília S/A, corresponde ao recebimento de recursos destinados para o pagamento de medições de obras e serviços executados por meio de Convênios, quais sejam:

DESCRIÇÃO DO CONVÊNIO	OBJETO	31.12.2024	31.12.2023
Convênio nº 085/2022 - TERRACAP	Serviços de retaludamento e cobertura da voçoroca e recomposição dos reservatórios 01/ 02 no Núcleo Rural Monjolo, Recanto das Emas, Brasília/DF.	637,01	637,01
Convênio nº 007/2023	PGDF	52.757,70	0,00
Convênio nº 005/2024	ADASA	1.758.582,32	0,00
Convênio nº 037/2019	TERRACAP	1.142.434,87	0,00
TOTAL		2.954.411,90	637,01

4 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

São valores a receber por fornecimento de bens e serviços realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

4.1 Créditos de Transferências a Receber – Consolidação

Direitos de transferências a receber por subvenções governamentais, realizáveis no curto prazo, a saber:

CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	Em R\$	
	31.12.2024	31.12.2023
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – INTRA OFSS	534.352.209,18	266.372.883,67
RECURSOS A RECEBER – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	66.475.735,09	29.641.231,70
TOTAL	600.827.944,27	296.014.115,37

4.1.1 Recursos a Receber – Subvenções – INTRA OFSS

Os saldos das subvenções a receber referem-se a recursos financeiros a serem repassados à NOVACAP pela Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal para cobertura dos seguintes gastos:

NATUREZA DAS DESPESAS QUE ORIGINARAM AS SUBVENÇÕES A RECEBER INTRA – OFSS		31.12.2024	31.12.2023
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.810.191,88	51.957.693,65
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	452.094.481,81	214.357.962,40
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	447.535,49	57.227,62
TOTAL		534.352.209,18	266.372.883,67

4.1.2 Recursos a Receber – Restos Pagar Processados

Essa conta representa os recursos a receber inscritos conforme o Decreto nº 45.057, de 2023, exclusivamente da fonte 100 - TESOURO, para subsidiar as obrigações liquidadas, porém não pagas até 31.12.2024, descritas a seguir:

RECURSOS A RECEBER POR RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (em R\$)			
DESCRIÇÃO DA FONTE: 100 – TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESCRIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
3	FORNECEDORES – FONTE TESOURO	48.903.874,73	12.088.567,06
4	EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIÁVEIS (P – CONTAS A PAGAR) – FONTE TESOURO	17.571.860,36	17.552.664,64
TOTAL		66.475.735,09	29.641.231,70

5 – ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL – CONSOLIDAÇÃO

De acordo com as rotinas parametrizadas para a Folha de Pagamento, definidas para o Sistema Integrado de Recursos Humanos do Distrito Federal - SIGRH, as regularizações dos saldos das contas contábeis de se processaram regularmente. Os controles de saldos são realizados mensalmente, por meio da conciliação dos registros contábeis com os dos relatórios emitidos pelo SIGRH.

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS – CONSOLIDAÇÃO (EM R\$)	30.12.2024	30.12.2023
FÉRIAS – ADIANTAMENTO	1.288.088,94	965.421,23
TOTAL	1.288.088,94	965.421,23

5.1 Férias – Adiantamento

Os adiantamentos de férias são concedidos aos empregados em obediência às legislações trabalhistas. O desconto dos adiantamentos acontece sempre no mês seguinte, salvo suspensão do desconto nos termos amparados por lei.

Nos meses em que são descontados os adiantamentos de férias, a NOVACAP concede aos empregados esse empréstimo, em atenção aos termos do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2023/2025, cláusula trigésima terceira, o qual aduz: “A NOVACAP concederá o valor correspondente ao adiantamento de férias recebido, a título de empréstimo salarial, que será devolvido em 10 (dez) parcelas mensais e iguais”. As inscrições de concessões e as baixas pelos descontos são realizadas com base em relatórios parametrizados e emitidos pelo SIGRH.

Para fins de consolidação com o PCASP da Federação, que não dispõe de conta de natureza semelhante, houve mudança no Plano de Contas do Governo do Distrito Federal. Os saldos antes administrados de forma independente pela conta Empréstimo Salarial de Férias foram adicionados aos Adiantamentos de Férias.

6 – CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Registram-se ao valor original, acrescentando-se as correções monetárias, juros e multas legalmente incidentes às multas e juros pagos pela NOVACAP, que requerem apuração com vistas à provável imputação de responsabilidade ou à absorção do prejuízo pela Companhia, que somente ocorre mediante expressa decisão da Diretoria Executiva.

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO (EM R\$)	31.12.2024	31.12.2023
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO DECORRENTES DE PROCESSOS	15.420,33	14.903,35
CRÉDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS – TCE	258.156,48	258.156,48
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APURADOS EM PROCESOS JUDICIAIS	44.463,84	44.463,84
TOTAL	318.040,65	317.523,67

7 – DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	31.12.2024	31.12.2023
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	13.840.745,84	0,00
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	45.910.938,48	0,00
TOTAL	59.751.684,32	0,00

7.1 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado

DESCRIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS CONTRATUAIS	478.469,45	478.469,45
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	367.118,24	978.547,30
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS	327.923,86	318.012,09
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX-SERVIDOR	148.933,10	128.089,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES PREFERENCIAIS NOMINATIVAS	0,00	4.435,76
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS	0,00	7.267,85
VALORES A COMPENSAR – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.473.519,80	0,00
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS	15.508.420,78	126.599.528,52
TOTAL	26.304.385,23	128.514.350,60

Registram-se ao valor original e, posteriormente, quando aplicável, são mensurados por seu valor de realização, acrescentando-se correções monetárias e juros incidentes. O acréscimo significativo decorre dos registros na conta Desembolsos Pendentes de Execução Orçamentária.

8 – AJUSTES PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A NOVACAP reporta o risco por perdas de créditos de liquidação duvidosa, nos termos das normas vigentes, sendo provável a não realização dos valores descritos a seguir.

	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31.12.2024	31.12.2023
1	Processo judicial 2000.01.1.090477-4 - Execução frustrada - expedida certidão de crédito em favor da NOVACAP, ainda não prescrito o direito.	(2.654,93)	(2.654,93)
2	Processo judicial 0133000-42.1993.5.10.0001 – Execução frustrada não foram localizados bens a penhora	(29.650,70)	(29.650,70)
3	Processo judicial original 2001.01.1.093971-5. Êxito para a Novacap. Ajuizada ação de cobrança Processo 0012898-42.2001.8.07.0001. Não localizados bens a penhora.	(12.158,21)	(12.158,21)
4	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Apesar do êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Processo Judicial suspenso por um ano.	(7.703,73)	(7.703,73)
7	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Êxito no processo judicial nº 2007.01.1.053890-6, não foram localizados bens a penhora. Expedida certidão de crédito.	(2.941,82)	(2.941,82)
8	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	(3.351,09)	(3.351,09)
9	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	(16.024,50)	(16.024,50)
10	Processos nº 112.002967/2012 e 112.003923/2012. A demanda foi julgada procedente e transitou em julgado, porém, o processo	(177.942,50)	(177.942,50)

	judicial foi arquivado provisoriamente em virtude da não localização de bens passíveis de penhora em nome da Executada.		
11	Processo nº 2005.01.1.026535-3, PROC 112.004.543/1998. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Proc. Jud. suspenso por um ano.	(55.111,15)	(55.111,15)
12	Originário em multa por quebra de cláusula do contrato nº 549/1995 (obra do CAJE do SGAN 915/916). Processo Administrativo nº 112.008.471/1995. De acordo com a Diretoria Jurídica, foram ajuizados os Processos Judiciais nº 2000.01.1.029700-8 – TJDF (principal) e de cumprimento de sentença nº 0702213-82.2018.8.07.0018. A demanda foi julgada procedente e transitou em julgado. Iniciou-se a fase de cumprimento de sentença para viabilizar o pagamento do débito. O valor atualizado da multa é do importe de R\$ 82.366,46. Após êxito no processo por parte da NOVACAP, foram realizadas frustradas várias diligências no sentido de localizar ativos da devedora. Foi celebrado acordo para pagamento parcelado do débito, conforme deliberação da Diretoria Executiva e homologado o acordo em Juízo. A executada efetuou o pagamento de duas parcelas, totalizando R\$ 36.380,97. Após, peticionou judicialmente e protocolou administrativamente requerimento pela suspensão do acordo pelo período de 6 (seis) meses, informando problemas financeiros em virtude da pandemia da COVID-19.	(45.985,49)	(45.985,49)
13	Crédito a receber por danos ao patrimônio. Ação de cobrança judicial nº 2011.01.1.204209-5, ex-empregado, CPF ***.598.131-**-ID nº 86** OAB/DF – proc. 112.004.289/11, 3395/11, 2029/12 – registro 2011NL7758.	(195.135,80)	(195.135,80)
14	Ação de cobrança por Termo de Rescisão Contratual fechado com saldo devedor, em desfavor do ex-empregado - proc 112.000.283/2018.	(6.119,61)	(6.119,61)
15	Risco de perda provável conf. doc. da Diret. Juríd. no processo nº 112.002.747/2002 (autuado novo processo na ASJUR para acompanhar a ação, nº 112.003.443/2015).	(7.166,73)	(7.166,73)
	Subtotal 1	(561.946,26)	(561.946,26)

(-) AJUSTE PARA PERDAS C/ DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS			
1	DIVERSAS INSCRIÇÕES EM PROCESSOS DE PEQUENO VALOR	0,00	0,00
	Subtotal 2	0,00	0,00
	TOTAL DOS AJUSTES REDUTORES DOS VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO	(561.946,26)	(561.946,26)

9 – ESTOQUES

Esta conta representa os recursos mantidos no almoxarifado da Companhia em 31.12.2024, valores controlados pelo Sistema Integrado de Gestão de Material - SIGMA.NET - disciplinado pela Portaria nº. 39 de 30 de março de 2011 e demais atualizações.

ESTOQUES (EM R\$)	31.12.2024	31.12.2023
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	173.907,11	151.579,38
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIÃO	10.516,53	0,00
GÁS ENGARRAFADO	1.244,25	414,75
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	27.757,73
MATERIAL QUÍMICO	0,00	705,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	51.278,75	60.137,31
MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.564,70	16.525,20
MATERIAL DE INFORMÁTICA	429,02	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	18.909,82	33.671,65
VESTUÁRIO, TECIDOS E AVIAMENTOS	270.340,86	106.938,69
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INTALAÇÕES	39.361,72	67.670,70
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	8.863,32	9.195,32
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.979,05	5.496,11
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	367.007,88	365.678,31
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	503.611,68	255.097,81
FERRAMENTAS	21.096,57	28.230,22
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS	8.992,11	7.478,01
TOTAL	1.481.103,37	1.136.576,19

10– ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende o Realizável à Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e o Intangível.

10.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Correspondem a Créditos à Longo Prazo – Recursos a Receber Subvenções INTRA-OFSS - que exercem papel relevante para o equilíbrio financeiro da Companhia, na manutenção do capital de giro de longo prazo. Esses recebíveis são solicitados à SUTES/SEF/SEEC, para assegurar o posterior repasse de recursos para cobertura de despesas com pessoal de exercícios anteriores, amortização de dívidas tributárias parceladas e outras despesas correntes com provisões de longo prazo.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	200.739.432,93	113.763.497,46
TOTAL	200.739.432,93	113.763.497,46

10.1.1 Recursos a Receber Subvenções (INTRA OFSS) – Longo Prazo

Comparativamente ao término do exercício de 2024, observa-se aumento na necessidade de subvenções a receber a longo prazo, em decorrência do aumento das despesas categoria 3 e categoria 6.

DESCRIÇÃO DA FONTE: 100 – TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – LONGO PRAZO (INTRA OFSS)	31.12.2024	31.12.2023
CATEGORIA 1	PESSOAL	23.155.601,61	35.161.678,08
CATEGORIA 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	144.408.976,14	77.428.074,40

CATEGORIA 6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	33.174.855,18	1.173.744,98
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – LONGO PRAZO (INTRA OFSS)		200.739.432,93	113.763.497,46

10.2 Investimentos

A NOVACAP é titular de investimentos permanentes que totalizam R\$ 16.666.458,73, cuja propriedade resulta do recebimento de ações/quotas em outorga, em decorrência de processos de:

I. cisão da própria NOVACAP, determinada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, para a formação do capital das seguintes empresas:

- a) CEB - Companhia Energética de Brasília S.A.;
- b) BRB - Banco de Brasília S.A.;
- c) SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda.;
- d) TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília; e
- e) CODEPLAN - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

II. transferência e incorporação dos bens vinculados às atribuições específicas do Departamento de Água e Esgotos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP para a formação do capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em obediência ao Decreto-Lei nº 524, de 8 de abril de 1969.

III. sucessão nos direitos e obrigações da NOVACAP, na gestão do Convênio nº 036/91, de 15 de maio de 1991, pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF, nos termos da Lei nº 513, de 28 de julho de 1993.

IV. de aquisição de direito a linhas telefônica da Claro S/A resultante de plano de adesão com recebimento de ações, no modelo de autofinanciamento do Sistema Telebrás, anterior à privatização ocorrida em 1998, regulamentada pelo Decreto nº 52.859, de 18 de Novembro de 1963, para a formação de capital de empresas resultante da cisão desse sistema, nos termos da Lei nº 9.295 de 19 de julho de 1996.

Tais investimentos não atendem aos critérios para avaliação por equivalência patrimonial (Lei nº 6.404, de 1976, art. 243, I e 248 ao 250), razão pela qual são avaliados pelo método de custo conforme art. 183, III da Lei das S/A. Para fins de atendimento às determinações deste método, foi autuado o processo 00112-00029167/2021-55, por meio do qual constatou-se que, em 2023, não foram registradas perdas comprovadas como irre recuperáveis, nem recebida ações ou quotas bonificadas das investidas.

10.2.1 Participações Permanentes – Consolidação

As Participações Permanentes – Consolidação evidencia a seguinte posição acionária em 31.12.2024:

Empresa	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unit Ordin e Pref	VPA lote 100 Ord e Pref	Ord Vlr em R\$	Pref Vlr em R\$	Total em R\$	% partic no cap social
		ORDIN	PREF						
Claro S/A	18.738.787.871,39	45	6	1.34837	1.348,37	60,68	8,09	68,77	3,6699307
CAESB – DF	1.311.953.000,00	6.300.205	0	0.10000	100,00	630.020,50	0,00	630.020,50	0,048021575
Banco de Brasília – BRB	1.300.000.000,00	1.422.370	420.900	7,99000	7.120,00	11.364.736,30	3.062.991,00	14.727.727,30	1,1329021
						11.994.817,48	3.362.999,09	15.357.816,57	

10.2.2 Participações Permanentes – INTRA OFSS

A Companhia também possui investimentos em outras empresas públicas de capital fechado e sociedades de economia mista integrantes do Governo do Distrito Federal, controladas sob o título de participações INTRA OFSS. Tais investimentos não são mantidos para venda e se destinam a produzir benefícios pela sua permanência, por meio do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Empresa	UG/Gestão	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unit Ordin e Pref	VPA lote 100 Ord e Pref	Ord Vlr em R\$	Total em R\$	% partic no cap social
			ORDIN	PREF					
Cia. Metropolitana do DF	200204-20204	2.499.805.821,72	200	0	94,28000	94.280,00	18.856,00	18.856,00	0,000754299
Soc. Transporte Coletivo de Brasília	200201-20201	28.723.580,00	248	0	1,00000	1.000,00	248,00	248,00	0,000863402
Cia de Planejamento do DF	130201-13201	12.233.727,60	4.186.795	0	0,01	10,00	41.867,95	41.867,95	0,342233793
Soc. Abast de Brasília – em Liquidação	320205-32205	16.368.857,49	124.767.021	0	0,01	10,00	1.247.670,21	1.247.670,21	7,622219271
							1.308.642,16	1.308.642,16	

As ações da TCB, CODEPLAN, CAESB e METRÔ não estão disponíveis para a negociação em mercado. É relevante informar que, após a baixa das ações da CEB, por força de alienação judicial a terceiros para quitação de ações cíveis e trabalhistas, as participações societárias da NOVACAP no capital de outras empresas deixarem de atender aos requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a avaliação de investimentos permanentes - ou seja, não há coligação nem controle. Por essa razão, o método de avaliação de tais investimentos passou a ser o método de custo. Contudo, a NOVACAP não tem gestão sobre o modelo de Plano de Contas do SIGGO, ao qual se obriga a utilizar por força do Decreto 32.598, de 2010, nem autonomia para efetuar os lançamentos de reclassificação entre contas de investimentos permanentes. Por solicitação à Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal, houve a reclassificação de saldos da seguinte forma: R\$ 15.357.816,57 antes registrados na conta PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS, para a conta OUTRAS PARTICIPAÇÕES. E de R\$ 1.308.642,16 – anteriormente contabilizados na conta PARTICIPAÇÕES PERMANENTES INTRA – OFSS - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS, para PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES.

10.3 Imobilizado

Os itens tangíveis de uso na produção e fornecimento de bens e serviço e para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle. O critério de avaliação daqueles que sejam depreciables é a linha reta, com valor residual, aplicando-se, quando identificáveis e corretamente mensuráveis, as devidas reduções ao valor recuperável.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
IMOBILIZADO	636.840.548,56	633.033.927,53

10.4 Intangível

No dia 31.12.2024, o valor bruto do Intangível totalizou R\$ 6.283.486,11. Aplicando-se o critério de avaliação, nos termos da legislação aplicável, evidenciou-se uma amortização acumulada de R\$ 3.559.582,65, e por consequência um intangível líquido de R\$ 2.723.903,46. Não foram identificadas evidências de necessidade de redução ao valor recuperável.

11 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Registram-se em observância às determinações da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - NBC TG Estrutura Conceitual.

11.1 Passivos Circulantes

Dívidas de curto prazo, reconhecidas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos encargos e variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis intermediárias, quando aplicável.

11.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Registra passivos reconhecidos por competência, de acordo com a Folha de Pagamentos emitida pelo SIGRH, e baixados quando de seu pagamento. Os encargos sociais se subdividem em: i) consolidação - referente ao FGTS a recolher em nome dos empregados; ii) INTER OFSS União - que registra os saldos a recolher por INSS patronal sobre a folha dos trabalhadores celetistas.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (em R\$)	31.12.2024	31.12.2023
PESSOAL A PAGAR	17.651.582,74	15.275.078,79
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	4.751.405,55	2.504.402,79
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS UNIÃO	17.539.620,44	7.537.540,75
TOTAL	39.942.608,73	25.317.022,33

11.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Passivos com fornecedores de matérias-primas para fabricação de asfalto, concreto, produção de mudas, e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da execução de obras, uso de serviços de terceiros, consumo de energia elétrica, água, telefone, e demais contas a pagar.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (em R\$)	31.12.2024	31.12.2023
FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	451.681.902,02	168.309.493,16
FORNECEDORES NACIONAIS EXERCÍCIO	1.617.112,77	283.749,19
FORNECEDORES – DECISÕES JUDICIAIS – EXCETO PRECATÓRIOS	318.784,08	318.784,08
FORNECEDORES NACIONAIS A PAGAR DE EXERCÍCIO (P – CONTAS A PAGAR)	89.178,29	120.055,34
TOTAL	453.706.977,16	169.032.081,77

11.1.3 Provisões

Decorrem de processos judiciais e são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor possa ser feita em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

PROVISÃO A CURTO PRAZO (EM R\$)	31.12.2024	31.12.2023
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	32.795.752,21	13.397.469,21
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	0,00	45.605.012,40
PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	26.723.413,68	28.936.170,00
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	2.000,00	9.796,81
TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (EM R\$)	59.521.165,89	87.948.448,42
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	32.845.507,72	0,00
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS	144.408.976,14	77.397.050,00
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	24.312.066,18
TOTAL DAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	177.254.483,86	101.709.116,18
TOTAL	236.775.649,75	189.657.564,60

O montante de provisões é suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a processos:

- a) trabalhistas, destacando-se ações individuais de (I) apuração do complemento de remuneração por implantação de PCCS; (II) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (III) ações de terceirizados por responsabilidade solidária;
- b) fiscais, em relação a não homologação de compensações de tributos federais; e
- c) cíveis, referentes às alegações de não pagamento de notas fiscais emitidas contra a Empresa do ano de 2014 cujos empenhos foram cancelados em observância ao Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014; bem como de reclamações descumprimentos de cláusulas contratuais relacionadas ao pagamento de obras diversas.

O registro das provisões utiliza estimativas baseadas em relatórios elaborados por avaliações técnicas de detecção de risco de perda, realizadas pela Diretoria Jurídica – DJ, segregando as previsões de fechamento da discussão judicial em curto ou a longos prazos, e classificando os processos com teses semelhantes, considerando fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Evidenciam-se ainda os riscos trabalhistas, por solidariedade.

Esses passivos são estimados pelo valor líquido da perda provável de cada processo, entendido como tal o valor presente da decisão judicial mais recente (de forma excludente, sentença, condenação ou acórdão se este reformar o valor da sentença), quando houver deduzido de eventuais depósitos recursais já efetuados, e/ou de bloqueios do sistema BACENJUD.

11.1.3.1 Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo

A NOVACAP é polo passivo em processos judiciais trabalhistas classificados em riscos de perda provável, totalizam em 31.12.2024 a quantia de R\$ 32.795.752,21, ocorrendo redução durante o terceiro trimestre de 2024, comparado ao 4º trimestre de 2023. Os processos são devidamente acompanhados pela Diretoria Jurídica, registrados no SIAC/SIGGO e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações.

11.1.3.2 Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo

Saldo de provisões com risco de perda prevista, transferido a longo prazo em decorrência de reconhecimento de Fazenda Pública, e complemento de sentença com pagamento por meio de precatórios.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	0,00	45.605.012,40
TOTAL	0,00	45.605.012,40

A companhia possui processos de natureza trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de dezembro de 2024, está reproduzido os valores das causas no quadro seguinte:

PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL	31.12.2024		31.12.2023	
	Valores	Quantidades de processos	Valores	Quantidades de processos
TRABALHISTAS	6.888.838,56	91	10.925.628,43	176
CÍVEIS	100.424.714,00	119	92.411.250,16	113
TOTAL	107.313.552,56	210	103.336.878,59	289

11.1.3.3 PDV – Plano de Demissão Definido

Em 19 de agosto de 2020, após estudos legais e atuariais de praxe, com amparo nos elementos contidos no Processo n.º 00112-00029548/2019-10, a NOVACAP torna público o Programa de Desligamento Voluntário – PDV 2020, mediante publicação de Aviso no DODF e ampla divulgação de Regulamento próprio, elaborado em conformidade com o Decreto nº 40.433, de 2020.

O PDV 2020 foi autorizado pelo Conselho de Administração da NOVACAP (CONSAD) e ocorreu em duas etapas de adesão, sendo a primeira realizada entre 07 de agosto a 16 de setembro. Em Sessão Ordinária nº 4.534a, realizada em 19 de novembro de 2020, o CONSAD autorizou a reabertura do prazo de adesão, no período improrrogável de 23 a 27 de novembro.

Os termos negociáveis de aprovação do PDV 2020 são aderentes ao modelo de plano de benefício definido, em razão de que a NOVACAP na condição de entidade patrocinadora assumiu a obrigação de fornecer os benefícios pactuados aos ex-empregados. Com vistas a garantir os recursos junto ao Governo do Distrito Federal com a finalidade de financiá-lo foram adotadas providências para assegurar o orçamento necessário à cobertura das despesas decorrentes. Após os devidos trâmites legais e estudos de viabilidade, por meio do Ofício Nº 5264/2020 - SEEC/GAB, de 05.08.2020, o Secretário de Estado da Economia do Distrito Federal declarou anuência à Implementações do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), para o quinquênio de 2020 a 2025.

De acordo com o Regulamento Geral do PDV deverão ser pagos aos empregados que tiverem sua adesão homologada as seguintes verbas de caráter indenizatório, sem qualquer tipo de incidência: a) Prêmio Futuro Temporário (PFT), pelo período de 60 meses; b) Reembolso do Auxílio Saúde até dezembro/2021; e c) Incentivo equivalente a multa contratual de 20% do saldo para fins rescisórios do FGTS, também em 60 meses. Além disso, deverá ser pago o valor em pecúnia do saldo dos dias de Licença Administrativa Remunerada- LAR não gozados, também em 60 meses, sem qualquer incidência por ser também verba de caráter indenizatório, conforme dispõe a Súmula nº 136 do STJ.

11.1.3.4 Outras Provisões a Curto Prazo

O saldo da conta OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO, corresponde ao processo: SEI N.º 112.001.619/2011, com valor de R\$ 2.000,00.

11.1.4 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, para fins de consolidação com as contas nacionais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.12.2024	31.12.2023
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	9.090.430,12	9.700.779,24
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	394.046,58	139.339,01
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS UNIÃO	5.146.678,55	3.658.490,79
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	376.306.735,42	166.729.434,16
VALORES DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS	406.689,00	413.581,15
VALORES A DEVOLVER AO GDF	268.403,55	268.403,55
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	3.659.525,51	0,00
TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (em R\$)	395.272.508,73	180.910.027,90

11.1.4.1 Valores Restituíveis – Consolidação

Corresponde aos valores de terceiros ou retenções em nome deles, para os quais seja fiel depositária por cauções ou garantias contratuais, cujos saldos não serão deduzidos nos demonstrativos consolidados OFSS, por parte da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal.

11.1.4.2 Valores Restituíveis – INTRA-OFSS

Entre os débitos da Companhia, registrou-se R\$ 394.046,58 relativos a passivos financeiros representativos de previsões de saídas decorrentes de entradas transitórias por consignações relativas às retenções tributárias, valores apreendidos por decisões judiciais e depósitos em juízo a serem, posteriormente, restituídos ao Tesouro do Distrito Federal. No caso dos valores apreendidos, as devoluções ao Tesouro ocorrem em caso de êxito da NOVACAP em ações de desbloqueio. Destaca informar a implantação dos novos procedimentos de contabilização dos depósitos judiciais, conforme capítulo 29 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais, do Manual de Orientações sobre Lançamentos Contábeis no SIAC/SIGGO, transferindo os respectivos saldos do ativo para contas de controles.

VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA - OFSS (em R\$)	31.12.2024	31.12.2023
DEPÓSITOS RETIDOS DE DIVERSAS ORIGENS	394.046,58	139.339,01
TOTAL	394.046,58	139.339,01

11.1.4.3 Valores Restituíveis – INTRA-OFSS UNIÃO

Com saldo de R\$ 5.146.678,55, referentes às consignações com retenção de INSS – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, bem como Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS retidos na Fonte, a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação aplicável, observados os prazos legais.

11.1.4.4 Recursos Especiais a Liberar

RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR (em R\$)	31.12.2024	31.12.2023
REPASSES RECEBIDOS A MAIOR A DEVOLVER – PSIA570	376.306.735,42	166.729.434,16
TOTAL	376.306.735,42	166.729.434,16

O montante de R\$ 376.306.735,42 corresponde aos valores repassados pela Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal – SEEC/DF em 2024, conforme detalhado no relatório Siggo/PSIA570.

11.1.4.5 Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais

CONTA	SUBCONTA	ATRIBUTO DA CONTA	31.12.2024	31.12.2023
218925700	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECUSRROS HÍDRICOS DO DF	PATRIMONIAL	406.689,00	413.581,15
TOTAL			406.689,00	413.581,15

Em atendimento às determinações do MCASP 8ª Ed. (fls. 154 e 134) a Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal parametrizou o SIAC/SIGGO de modo a segregar em contas separadas as operações intraorçamentárias definidas como tais aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), do mesmo ente federativo. Tais operações, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente (Distrito Federal), mas apenas movimentação de recursos entre seus órgãos (INTRA-OFSS). Essas operações são eliminadas no processo de consolidação de contas da Unidade da Federação a que se refram.

Os lançamentos foram programados por origem e destino, de modo a evidenciar os entes detentores do ativo e do passivo (atributo patrimonial). E necessitam de análise de conformidade por parte da NOVACAP, na qualidade de Unidade Gestora de destino, para fins de reconhecimento ou não da legitimidade da cobrança (atributo financeiro), por meio do processo de liquidação da despesa.

O passivo mais relevante, no valor de R\$ 406.689,00, foi inicialmente lançado pelo IBRAM/DF como direito (origem), em desfavor da NOVACAP (destino) em decorrência de emissão de Autos de Infração que estão sendo conferidos, em processos individualizados, em ação da Diretoria Jurídica da NOVACAP junto à unidade de cobrança do IBRAM/DF.

Uma vez que um auto de infração seja reconhecido como devido, efetiva-se a liquidação do valor, transferindo-se o saldo da conta de atributo patrimonial para a de natureza financeira para fins de emissão da ordem bancária de quitação.

11.1.4.6 Valores a Devolver ao GDF

O montante de R\$ 268.403,55 corresponde a saldos de valores recebidos da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal em 2017, em ressarcimento NOVACAP por despesas pelo consumo de água e taxas de esgoto de prédio pertencente à NOVACAP, não devolvido à Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, oportunamente, em razão de ter ocorrido bloqueio judicial do saldo financeiro correspondente. A NOVACAP solicitou a liberação de saldo de empenho à SEEC/DF que permita a regularização pelo reconhecimento da despesa correspondente, porém por limitações orçamentárias governamentais, ainda não foi possível o atendimento do pleito.

11.1.4.7 Outras Obrigações a Curto Prazo – INTRA OFSS

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS (em R\$)	31.12.2024	31.12.2023
120901-12901 – FUNDO DA PROCURADORIA DO DISTRITO FEDERAL	1.900.943,19	0,00
150206-15206 – AGÊNCIA REG. DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO DO DF – ADASA	1.758.582,32	0,00
TOTAL	3.659.525,21	0,00

11.2 Passivo Não Circulante

Demonstram-se pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, exceto no caso das provisões cujas estimativas em bases confiáveis nos termos já informados na nota 11.1.3 Provisões.

11.2.1 Licença Prêmio (P – Contas a Pagar)

Refere-se à concessão de Licença Administrativa Remunerada, Cláusula Trigésima Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 13 de dezembro de 2013, que atribuiu aos empregados do Quadro de Empregos Permanentes - QEP a cada 05 anos de efetivo exercício, 3 meses da referida licença. Esse passivo somente se reverte em pecúnia nos termos normativos e legais, sujeitando-se à liberação de subvenções governamentais para esse fim. Em 31.12.2024, registravam-se, a esse título.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
------------	------------	------------

LICENÇA PRÊMIO	23.155.601,61	10.849.611,90
TOTAL	23.155.601,61	10.849.611,90

11.2.2 Obrigações a Longo Prazo – REFIS

Dívida junto à PGFN relativas à Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pela não homologação de solicitação de compensação de quantias recolhidas na fonte a título de IRRF e CSLL, por meio de PER/DCOMP.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	31.12.2024	31.12.2023
MINISTÉRIO DA FAZENDA / RECEITA FEDERAL – REFIS	329.347,46	1.163.413,94
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA	0,00	10.331,04
TOTAL	329.347,46	1.173.744,98

11.3 Patrimônio Líquido

A NOVACAP evidencia seu patrimônio líquido, nos moldes solicitados pela NBC TG 26 (R5), demonstrando o interesse residual dos proprietários nos ativos da Companhia depois de deduzidos todos os seus passivos.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	822.044.474,28	637.285.737,41

11.3.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 26.713.076,28 e se subdivide em ações, sem valor nominal, com a seguinte composição acionária:

CONTA CONTÁBIL	VALOR em 31.12.2024 (EM R\$)	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA (EM R\$)	
		DF	UNIÃO
231210100 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	26.713.076,28	14.991.378,41	11.721.697,87
TOTAL	100,00%	56,12%	43,88%

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
DISTRITO FEDERAL	280.600	56,12%
GOVERNO FEDERAL – UNIÃO	219.400	43,88%
TOTAL	500.000	100,00%

11.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

A Companhia possui recursos a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.272.937,00	7.272.937,00
TOTAL	7.272.937,00	7.272.937,00

11.3.3 Superávits ou Déficits Acumulados

Os superávits acumulados em 2024 totalizaram R\$ 162.313.368,51. Este valor considerável foi influenciado pelos seguintes registros: R\$ 123.733.289,33, referentes a valores a devolver devido a repasses realizados a maior, conforme descrito no processo SEI 00112-00025018/2024-00, R\$ 36.911.764,47 relacionados a RPP a devolver e R\$ 1.668.314,71 decorrentes de ajustes do DEA. Fatores determinantes para o saldo positivo dos superávits acumulados no exercício de 2024.

12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

As receitas mais relevantes da NOVACAP são as Transferências Governamentais, reconhecidas sob o regime de competência, de acordo com as inscrições de solicitações de repasses governamentais de recursos, a cada etapa de execução dos serviços realizados até a data-base dos balanços, na medida em que todos os custos relacionados possam ser mensurados confiavelmente. As receitas, ganhos, despesas e gastos abrangem fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais compreendem:

* receitas e despesas relativas à execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), consignada na Lei Orçamentária Anual, com reflexos no balanço Orçamentário;

* receitas e despesas dependentes da execução financeira relativas à operação entre Órgãos, Fundos e Entidades do GDF, Integrantes do OFSS, por meio de descentralização orçamentária, com impacto na DRE.

Receitas e despesas independentes da execução orçamentária cuja contabilização envolve os recursos que independem de autorização legislativa, como as entradas compensatórias, no ativo e passivo.

12.1 Remuneração a Pessoal

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração a Pessoal	(220.147.435,80)	(197.641.200,59)
TOTAL	(220.147.435,80)	(197.641.200,59)

12.2 Encargos Patronais

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
Encargos Patronais	(108.072.369,12)	(71.389.649,55)
TOTAL	(108.072.369,12)	(71.389.649,55)

12.3 Consumo de Materiais

Houve aumento com os gastos com distribuição do material de consumo comparado ao acumulado de 2023, principalmente massa asfáltica, brita granulada e areia, cabendo à NOVACAP aportar os insumos necessários para a recuperação e reforma dos equipamentos e espaços públicos designados pela Secretaria de Governo.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
Uso de Material de Consumo	(56.532.333,69)	(49.895.258,24)
TOTAL	(56.532.333,69)	(49.895.258,24)

12.4 VPD – Obras Não Incorporável

A NOVACAP executa obras de infraestrutura (bens de uso comum do povo) por meio da descentralização de recursos de outras Unidades Orçamentárias do Governo do Distrito Federal. Os ativos resultantes pertencem às Unidades Orçamentárias de origem, a quem cabe a obrigação de as ativar e, via de consequência, ao Governo do Distrito Federal, único financiador das mesmas. Para fins de controle, os valores recebidos e aplicados pela NOVACAP nestas obras de infraestrutura, são registrados em conta transitória do ativo não circulante da Companhia, com consequente e posterior transferência/ integração ao patrimônio da Unidade Gestora proprietária do investimento, ou em que os bens resultantes estão localizados.

12.5 Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas

Os gastos com serviços de terceiros Pessoa Física se limitaram ao pagamento de Jetons de Conselheiros.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
Jetons e Gratificações a Conselheiros	(748.276,78)	(780.814,39)
TOTAL	(748.276,78)	(780.814,39)

12.6 Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Registra as despesas provenientes da prestação de serviços por pessoas jurídicas à NOVACAP, bem como da terceirização de serviços de zeladoria, jardinagem e urbanização das áreas e equipamentos públicos sob responsabilidade da Companhia.

SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.12.2024	31.12.2023
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	(204.240.186,88)	(155.298.187,10)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	(196.866,20)	(418.391,79)
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(9.587.142,88)	(10.471.375,55)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	(9.566,11)	(9.715,00)
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	(124.620.205,78)	(140.226.670,66)
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,00	(2.800,00)
SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA, GÁS E OUTROS	(4.241.658,64)	(3.742.436,49)
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR	(24.264.886,04)	(22.289.643,34)
LOCAÇÕES	(247.217,12)	(1.398.476,61)
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(3.761.303,32)	(1.228.455,40)
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	(2.947.164,18)	(3.260.318,05)
ARMAZENAGEM	(95.487,91)	0,00
ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	(13.283,48)	(48.368,26)
EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E ESPETÁCULOS	(66.600,00)	(80.003,73)
SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL	(1.053.728,40)	(1.418.208,12)
TÉCNICOS PROFISSIONAIS	(209.057.956,21)	(77.793.339,14)
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	(6.000.921,91)	(15.339.116,72)
PASSAGENS PARA O PAÍS	(35.766,62)	(11.044,92)
FRETE E LOC VEÍCULOS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO	(15.597.653,25)	(13.578.391,44)
TRANSPORTES DE SERVIDORES	(34.966,55)	(132.205,84)
ANUIDADES E TAXAS EM ASSOCIAÇÕES, FEDERAÇÕES E CONSELHOS	(557.883,67)	(175.199,15)
PLANTIO E REFLORESTAMENTO	(3.683.870,07)	(2.980.630,38)
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS	(1.523.660,87)	(1.414.011,50)
TOTAL	(611.837.976,09)	(451.316.989,19)

12.7 Despesas / Reversões de Provisões

CONTAS	31.12.2024	31.12.2023
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	(58.498.973,14)	(51.378.896,72)
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	(35.854.556,01)	(78.077.505,53)
REVERSÃO DE PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	891.183,16	3.063.850,84
REVERSÃO DE PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS	596.127,68	101.825.478,40
REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	4.984.433,76	10.252.950,44
DESPESAS COM PROVISÕES	(87.881.784,55)	(14.314.122,57)

Em atendimento à NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a NOVACAP reconhece em contrapartida das obrigações derivadas de processos judiciais em que seja polo passivo, sempre que eles sejam classificados com risco de perda provável, pela Diretoria Jurídica, a despesa (VPD) correspondente. As reversões de provisões ocorrem em caso de decisões judiciais favoráveis à Companhia.

12.8 Resultado da Incorporação/Desincorporação de Ativos e Passivos

RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31.12.2024	31.12.2023
TOTAL	(544.926.912,17)	(316.422.948,89)

12.9 Receitas Financeiras

A geração de receitas financeiras no 4º Trimestre de 2024 foi a seguinte:

CONTAS	31.12.2024	31.12.2023
EMPRESAS	0,00	84.395,14
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PELO MÉTODO DE CUSTOS	1.564.207,68	1.743,16
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	0,00	10,03
TOTAL	1.564.207,68	86.148,33

12.10 Transferências Correntes

São transferências de bens e rendas recebidas para manutenção do consumo de rotina da Companhia e no cumprimento de suas atribuições estatutárias com serviços e materiais aplicados como despesas correntes, em ações de zeladoria e urbanismo de regiões e equipamentos públicos do Distrito Federal.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.057.436.824,46	1.394.076.156,54
TOTAL	2.057.436.824,46	1.394.076.156,54

12.10.1 Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária – INTRA

O valor total de receitas recebidas da Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal, corresponde à quitação de restos a pagar de exercício anterior, bem como de conversão em receita da NOVACAP, de saldos da conta do passivo representativa de depósitos judiciais a restituir ao Tesouro do Distrito Federal, registrada quando do recebimento das transferências financeiras para tal finalidade, devido à utilização de tais depósitos para a quitação de ações trabalhistas em que a Companhia restou vencedora.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXERC ORÇAMENTÁRIA – INTRA	85.465.893,05	104.892.827,93
TOTAL	85.465.893,05	104.892.827,93

12.10.2 Repasse Recebido

O valor refere-se às transferências financeiras recebidas da Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal e correspondências de créditos da execução orçamentária na condição de repasses vinculados ao custeio das atividades da NOVACAP, do próprio exercício.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
REPASSE RECEBIDO	1.607.653.257,68	1.119.228.830,33
TOTAL	1.607.653.257,68	1.119.228.830,33

12.10.3 Valores Diferidos – Baixa

Os valores diferidos são baixados quando se identifica a necessidade de redução de subvenções a receber baseadas em estimativas de longo prazo que requisitam a liberação de recursos pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP. No período foi registrado.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
VALORES DIFERIDOS – BAIXA	(29.238.283,84)	(29.279.746,10)
TOTAL	(29.238.283,84)	(29.279.746,10)

12.10.4 Valores Diferidos – Inscrição

As inscrições de valores decorrem do aumento das estimativas de subvenções que demandam a liberação de recursos pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP, para custeio das despesas do exercício reconhecidas em contrapartida dos passivos, em observância às apropriações por competência. As receitas por solicitações de recursos diferidos variam conforme os gastos a incorrer. Em 31.12.2024, foram inscritas subvenções a receber correspondentes.

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
VALORES DIFERIDOS – INSCRIÇÃO	393.555.957,57	199.234.244,38
TOTAL	393.555.957,57	199.234.244,38

12.11– Transferência de Capital

Referem-se a repasses governamentais para investimentos ou aplicações de recursos em infraestrutura, mediante celebração de convênios ou por descentralizações de recursos. Os recursos recebidos por meio de transferências de capital foram aplicados em obras e serviços de infraestrutura e totalizaram um valor:

CONTA	31.12.2024	31.12.2023
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS – INTER OFSS – UNIÃO	7.966.935,00	10.496.995,80
TRANSFERÊNCIAS DE SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTOS – INTRA	0,00	38.245,00
TOTAL	7.966.935,00	10.535.240,80

12.12– Lucro Líquido do Exercício

COMPONENTES DA APURAÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(35.717.755,62)	14.201.543,51

A Companhia tem quase a totalidade de suas despesas subsidiadas pelo Tesouro do Distrito Federal em 31.12. 2024, por critérios contábeis, apurou-se um prejuízo de R\$ (35.717.755,62).

13 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O resultado financeiro é demonstrado pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que alteram as disponibilidades da Companhia e se evidenciam na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e no Balanço Financeiro.

A NOVACAP adota método indireto por meio do qual os fluxos de caixa demonstram a conciliação do resultado contábil do período, ajustado pelos itens econômicos, cujos efeitos de transações não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer deferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

13.1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A NOVACAP obriga-se à apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	410.594.736,26	18.192.419,72

13.2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Representa recursos oriundos do Tesouro do DF por repasses registrados na condição de subvenções governamentais.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	15.106.811,06

13.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Ao término do exercício, observou-se a aplicação de recursos em investimentos, em razão da aquisição de imobilizados, intangíveis e na realização de obras em andamento - bens de uso comum do povo a classificar.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8.725.681,63)	(14.489.147,28)

13.4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes

No quarto trimestre de 2024, houve geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 401.869.054,63.

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA – FINAL	424.495.711,40	22.626.656,77
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA – INICIAL	22.626.656,77	3.816.573,27
TOTAL	401.869.054,63	18.810.083,50

14 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Representa itens de receita e despesa que não transitam pelo resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 26 (R5).

COMPOSIÇÃO	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(35.717.755,62)	14.201.543,51
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	221.138.129,90	(23.687.765,69)
REALIZAÇÃO DO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(661.637,41)	(675.183,88)
RESULTADO ABRANGENTE	184.758.736,87	(10.161.406,06)

14.1 – Ajustes de Exercícios Anteriores

A soma algébrica de R\$ 221.138.129,90, registrada como ajuste de exercícios anteriores, decorre da obrigatoriedade de utilização pela NOVACAP em atendimento ao CPC 23.

14.2 – Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os registros de saldos nessa conta se referem à rotina de procedimentos de realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, na proporção da depreciação das edificações que foram objeto se ajuste ao custo atribuído, em 2017, nos termos da legislação aplicável.

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***-**

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Suporte
CPF 704.***.***-**

Geraldo Alves Campolina
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 07914/DF-O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (“Companhia” ou “NOVACAP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós realizamos a leitura e não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2025.

Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-03.22.67/O-1

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sessão nº 2.589ª, realizada em 18 de março de 2025.

PROCESSO Nº: 00112-00000172/2025-18

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2024

O Conselho de Administração (CONSAD) da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), tendo em vista os relatórios da Auditoria Independente (164831238 e 164831562) e da Auditoria Interna (164879130) sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2024, bem como a opinião favorável proferida pelo Conselho Fiscal (165297711 e 165297998), DECIDE: I – APRECIAR, nos termos do art. 19, inciso II, do Estatuto Social da NOVACAP, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2024, conforme os documentos apresentados no Processo nº 00112-00000172/2025-18; II – RECOMENDAR: i. Que a Diretoria seja novamente instada a elaborar, como já requerido por este Conselho em duas ocasiões, plano permanente de atenção e manutenção da área tombada de Brasília, detalhando os serviços a serem executados, sua periodicidade e seus respectivos custos; ii. Que a Diretoria Executiva, em conjunto com a Auditoria Interna, durante o exercício de 2025, acompanhe e saneie as recomendações incluídas no item 03 do Relatório de Recomendações da Auditoria Independente (164831562), bem como os apontamentos trazidos pela Auditoria Interna por meio do Relatório nº 001/2025 (164879130); iii. Que a Diretoria Executiva, nos meses de maio e outubro do ano em curso, traga ao conhecimento deste Conselho o andamento dos trabalhos para atendimento das determinações contidas nos itens i e ii acima indicados, o que, desde já, deve constar no calendário de reuniões de 2025; iv. Que este Colegiado, em consenso com a Diretoria Executiva, estabeleça prazo final para apresentação do Plano Integrado de Ação referente à área tombada de Brasília. III – ENCAMINHAR o processo, com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2024 (00112-00000172/2025-18), para análise e aprovação da Assembleia Geral da NOVACAP.

KALINE GONZAGA COSTA
Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE
Conselheiro de Administração

LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA
Conselheiro de Administração

OSNEI OKUMOTO
Conselheiro de Administração

JUNIOR DIVINO FIDELES
Conselheiro de Administração

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA ALBUQUERQUE
Conselheira de Administração

MARIANA MENDES RODRIGUES
Conselheira de Administração

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES
Conselheiro de Administração

KAMYLA SILVA TEIXEIRA
Conselheira de Administração

CLEBER MONTEIRO
Conselheiro de Administração

CLÁUDIO CORRÊA VASQUES
Conselheira de Administração

DECISÃO DO CONSELHO FISCAL
Sessão nº 908ª, realizada em 11 de março de 2025.

PROCESSO Nº: 00112-00000172/2025-18
ASSUNTO: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024 – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
O Conselho Fiscal, neste ato, acolhe por unanimidade, o VOTO do Relator (165297711), considerando o que consta nos autos do Processo nº 00112-00000172/2025-18, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa. ENCAMINHEM-SE os autos ao Conselho de Administração para conhecimento. Relator: Dirceu Martins Batista Junior - Presidente do Conselho Fiscal

Dirceu Martins Batista Junior
Conselheiro Fiscal – Presidente

Edward Johnson Gonçalves de Abrantes
Conselheiro Fiscal

João Cesar Bertosi Filho
Conselheiro Fiscal

Mariana Marreco Cerqueira
Conselheira Fiscal

Ronan Pereira Lima
Conselheiro Fiscal

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 00112-00008154/2024-95. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS D.C. Nº 044/2025 – DJ/NOVACAP. CONTRATANTES: NOVACAP e FCB TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO: Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins DPJ, ou outro local determinado pela direção da Novacap, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do DF. LOTE: 03. VALOR: R\$ 4.001.000,00. VIGÊNCIA: 01 ano. Empenho: 2025NE00643, Programa de Trabalho 15.452.6209.8508.0001, Natureza da Despesa 33.90.39, Fonte de Recurso 1500.100. DATA DA ASSINATURA: 24/03/2025. Por: Fernando Rodrigues Ferreira Leite e Raimundo Oliveira Silva, Flavio Rodrigues Barcelos.

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 00112-00008154/2024-95. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS D.C. Nº 045/2025 – DJ/NOVACAP. CONTRATANTES: NOVACAP e FCB TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO: Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins DPJ, ou outro local determinado pela direção da Novacap, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do DF. LOTE: 07. VALOR: R\$ 6.097.000,00. VIGÊNCIA: 01 ano. Empenho: 2025NE00644, Programa de Trabalho 15.452.6209.8508.0001, Natureza da Despesa 33.90.39, Fonte de Recurso 1500.100. DATA DA ASSINATURA: 24/03/2025. Por: Fernando Rodrigues Ferreira Leite e Raimundo Oliveira Silva, Flavio Rodrigues Barcelos.